

Lei Micaela — Formação Obrigatória em Violência de Género para Todos os Funcionários Públicos da Argentina

Gender Equality · Boa prática · Argentina

Pontuação de qualidade: 89/100

Força da evidência: Forte

Sumário

A Lei 27.499 (2018) exige formação obrigatória em violência de género para funcionários dos poderes executivo, legislativo e judicial da Argentina. Mais de 235.000 já a concluíram; o modelo foi federalizado e é citado na região.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Transferability / replicability	3/3
Impact on gender equality	1/1
Effectiveness	1/1
Efficiency	0/1
Evaluated outcomes	1/1
Sustainability	1/1
Achievement / evidence	1/1
Gender-mainstreaming embedding	1/1
Curator validation	1/1

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-09-25

[Instituto Nacional de las Mujeres \(INAM\) / Argentine National Congress](#) — acedido a 2026-09-25

[Open Government Partnership commitment tracker](#) — acedido a 2026-09-25

[CONICET evaluation study \(PDF\)](#) — acedido a 2026-09-25

Citar — Evidoria. *Lei Micaela — Formação Obrigatória em Violência de Género para Todos os Funcionários Públicos da Argentina*. ID persistente: 92eea4f6-3365-4506-a866-ef024529575a.